



BOLETIM OFICIAL

PARTE C

MINISTÉRIO DA COESÃO TERRITORIAL

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho n.º 19-A/2025

Nomeando os membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da Ilha Brava. 4

Despacho n.º 19-B/2025

Nomeando os membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da Ilha de São Nicolau. 6

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho Conjunto n.º 4/2025

Autorizando a acumulação de funções de Delegada de Saúde de Santa Catarina Ilha de Santiago com a Diretora da Região Sanitária de Santiago Norte. 8

Extrato do Despacho n.º 63/2025

Nomeando em Comissão de Serviço, Manuela Santos Lima Médica Geral, para exercer as funções de Delegada de Saúde da Ilha do Sal. 9

Extrato do Despacho n.º 69/2025

Nomeando em Comissão de Serviço, Vera Marília Monteiro Rodrigues, do Quadro de Pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, para exercer as funções de Delegada de Saúde dos Mosteiros. 10

Extrato do Despacho n.º 73/2025

Nomeando em Comissão de Serviço, a Maria de Fátima da Luz Pires Lima, para exercer as funções de Diretora da Comunidade Terapêutica Ocupacional da Ribeira de Vinha. 11

Extrato do Despacho n.º 74/2025

Dando por finda a Comissão de Serviço de João Baptista Semedo, nas funções de Diretor da Região Sanitária Santiago Norte. 12

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE***Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial*****Extrato do Despacho n.º 1350/2025**

Autorizando o reingresso ao serviço de Jair dos Santos da Conceição, Apoio Operacional Nível III, contratado por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura e Ambiente na Delegação de São Vicente. 13

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão*****Extrato do Despacho n.º 34/MICE//2025**

Renovando Licença sem Vencimento de Vânia Lizandra Pinheiro Costa, Técnica Superior Nível I, afeta à Direção dos Serviços do Comércio da Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia, por mais 1 (um) ano. 14

PARTE D**CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL****Extrato da Deliberação n.º 13/2025-26**

Designando os Magistrados Judiciais, para desempenharem o cargo de Presidente do Tribunal, que se indicam. 15

Extrato da Deliberação n.º 20/2025-26

Designando Juiz Conselheiro, Anildo Martins, para desempenhar em Comissão de Serviço o cargo de Inspector Superior Judicial. 16

Extrato da Deliberação n.º 22/2025-26

Mantendo em exercício de funções como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Maria Teresa Évora Barros, até a tomada de posse dos Juizes Conselheiros aprovados em concurso. 17

Extrato da Deliberação n.º 23/2025-26

Promovendo à categoria de Juiz Conselheiro, os magistrados, que se indicam. 18

Extrato da Deliberação n.º 25/2025-26

Nomeando o Escrivão de Direito, José Eduardo Martins Tavares, para em Comissão de Serviço, desempenhar as funções de Secretário Judicial do Tribunal da Comarca de Santa Cruz. 19

MINISTÉRIO PÚBLICO***Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público*****Extrato da Deliberação n.º 7/CSMP/2025/2026**

Concedendo Licença sem Vencimento de longa duração, a Elsa Silvana Almeida Fernandes, Oficial de Diligências, colocada na Procuradoria da República da Comarca Praia. 20

Extrato da Deliberação n.º 22/CSMP/2025/2026

Designando os Magistrados, Oficiais de Justiça do Ministério Público e Técnicos Superiores para participarem como formadores nos cursos específicos para Secretários, Escrivães de Direito e Ajudantes de Escrivão, do quadro das secretarias do Ministério Público. 21

Extrato da Deliberação n.º 24/CSMP/2025/2026

Renovando Licença sem Vencimento pelo período de 1 (um) ano, a Dulcelina Sanches Rocha Teixeira Lubrano, Procuradora da República de 2ª Classe. 23

Extrato da Deliberação n.º 26/CSMP/2025/2026

Transferindo, a seu pedido, Célia de Jesus da Cruz Andrade, Oficial de Diligências, Nível II, da Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz para a Procuradoria da República da Comarca da Praia. 24

Extrato da Deliberação n.º 27/CSMP/2025/2026

Concedendo Licença sem Vencimento, por um período de um ano, renovável até 3 (três) anos, a Adérito Gomes Santos Monteiro, Escrivão de Direito, Nível II, colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia. 25

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA***Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação*****Extrato de Publicação da Sociedade n.º 529/2025**

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que na Conservatória, se encontram exarados os registos de cessação de funções e nomeação de membros de órgão social, da sociedade comercial anónima denominada: "EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A - TACV, S.A".

26

MINISTÉRIO DA COESÃO TERRITORIAL
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho n.º 19-A/2025

Sumário: Nomeando os membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da Ilha Brava.

Tendo em conta a Resolução n.º 109/2025, de 10 de outubro, que determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha Brava, sob a coordenação do Ministério da Coesão Territorial;

Considerando o disposto na Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto, que regula o Sistema de Planeamento do Desenvolvimento Regional e Local;

Atendendo, igualmente, às orientações estabelecidas pela Resolução n.º 58/2022, de 27 de maio, que aprova a Política Nacional da Coesão Territorial, e pela Resolução n.º 87/2022, de 11 de outubro, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional e Local;

E, considerando a necessidade de proceder à nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da Ilha Brava, a fim de permitir o desenvolvimento e seguimento dos trabalhos e garantir participação e a coordenação interinstitucional entre os diferentes sectores e níveis de governação para acompanhamento e monitorização do Plano;

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205.º e pelo n.º 3 do artigo 264.º da Constituição da República,

Manda o Governo, pela Ministra da Coesão Territorial, o seguinte:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha Brava:

1. Gerson Sousa, em representação do Ministério da Coesão Territorial, que dirige a Comissão de Acompanhamento;
2. Ineida Gomes, em representação da Câmara Municipal da Brava;
3. João José Costa Delgado, em representação da Assembleia Municipal da Brava;

4. João Domingos Teixeira, em representação da Associação dos Municípios do Fogo e da Brava;
5. Francisco Tavares, em representação do Ministério das Finanças;
6. Carlos Monteiro, em representação do Ministério da Indústria, Comércio e Energia,
7. Francisco Martins, em representação do Ministério do Turismo e Transportes;
8. Ermelindo Barros, em representação do Ministério da Agricultura e Ambiente;
9. Vera Gominho, em representação do Ministério do Mar;
10. Ivanildo Alves, em representação do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas;
11. Anabela Fernandes, em representação do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social;
12. Ivone dos Santos, em representação do Instituto Nacional de Gestão do Território;
13. Jorge Amílcar Andrade Mendes, em representação da Infraestruturas de Cabo Verde;
14. Nataniel Barros, em representação do Instituto Nacional de Estatística;
15. José Félix Delgado, em representação da Cabo Verde TradeInvest;
16. Michel Andrade, em representação da Pró-Empresa;
17. Anildo Baptista, em representação da Cooperativa de pesca lomba tantum;
18. Dheeraj Jayant, em representação da Associação Biflores.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete da Ministra da Coesão Territorial, Praia aos 12 de novembro de 2025. — A Ministra da Coesão Territorial, *Janine Tatiana Santos Lélis*.

MINISTÉRIO DA COESÃO TERRITORIAL
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho n.º 19-B/2025

Sumário: Nomeando os membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da Ilha de São Nicolau.

Tendo em conta a Resolução n.º 108/2025, de 10 de outubro, que determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de São Nicolau, sob a coordenação do Ministério da Coesão Territorial;

Considerando o disposto na Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto, que regula o Sistema de Planeamento do Desenvolvimento Regional e Local;

Atendendo, igualmente, às orientações estabelecidas pela Resolução n.º 58/2022, de 27 de maio, que aprova a Política Nacional da Coesão Territorial, e pela Resolução n.º 87/2022, de 11 de outubro, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional e Local;

E, considerando a necessidade de proceder à nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da Ilha de São Nicolau, a fim de permitir o desenvolvimento e seguimento dos trabalhos e garantir participação e a coordenação interinstitucional entre os diferentes sectores e níveis de governação para, acompanhamento e monitorização do Plano;

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205.º e pelo n.º 3 do artigo 264.º da Constituição da República,

Manda o Governo, pela Ministra da Coesão Territorial, o seguinte:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de São Nicolau:

1. Gerson Sousa, representante do Ministério da Coesão Territorial, que dirige a Comissão de Acompanhamento;
2. Vaniza Oliveira, em representação da Câmara Municipal da Ribeira Brava;
3. Chila Andrade, em representação da Câmara Municipal do Tarrafal;
4. Dionizio dos Santos Firmino, em representação da Assembleia Municipal da Ribeira Brava;
5. Danízio João Silva Soares, em representação da Assembleia Municipal do Tarrafal;

6. Francisco Tavares, em representação do Ministério das Finanças;
7. Lídia Graça, em representação do Ministério da Indústria, Comércio e Energia;
8. Hamilton Jair Fernandes, em representação do Ministério do Turismo e Transportes;
9. Júlia Roberto, em representação do Ministério da Agricultura e Ambiente;
10. Teófilo Silva, em representação do Ministério do Mar;
11. Ivanildo Alves, em representação do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas;
12. Maria de Lurdes Semedo, em representação do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social;
13. Ivone dos Santos, em representação do Instituto Nacional de Gestão do Território;
14. Adalgisa Teixeira Correia, em representação da Infraestruturas de Cabo Verde;
15. Nataniel Barros, em representação do Instituto Nacional de Estatística;
16. José Félix Delgado, em representação da Cabo Verde TradeInvest;
17. Leonel Varela, em representação da Pró-Empresa;
18. Kevylson Silva, em representação da Associação Tortolho ADCCF;
19. Arnaldo Felisberto, em representação da Associação de Turismo de São Nicolau;
20. Maria Sameiro, em representação da Associação Arbê d'Fonte.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete da Ministra da Coesão Territorial, Praia, aos 12 de novembro de 2025. — A Ministra da Coesão Territorial, *Janine Tatiana Santos Lélis*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planejamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho Conjunto n.º 4/2025

Sumário: Autorizando a acumulação de funções de Delegada de Saúde de Santa Catarina Ilha de Santiago com a Diretora da Região Sanitária de Santiago Norte.

de 19 de setembro de 2025

Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/2006, de 26 de dezembro, no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 56/2021, de 21 de setembro, e no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, conjugados com a alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º e com o n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, é autorizada, a título excecional e temporário, a acumulação por parte da Dra. Ludmila dos Santos Miranda das funções de Delegada de Saúde de Santa Catarina, Ilha de Santiago, e de Diretora da Região Sanitária de Santiago Norte.

A presente autorização confere a Senhora Ludmila dos Santos Miranda o direito à acumulação de remunerações, devendo ser-lhe atribuída uma compensação pecuniária no montante de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), a ser acrescida à sua remuneração base.

A despesa tem cabimento na rubrica 40.10.19.03.40.02 – Rssn – Hospital Regional Dr. Santa Rita Vieira – Região Sanitária Santiago Norte.

O presente despacho conjunto produz efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

Direção Geral do Planejamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde. — O Diretor Geral,
Albertino Fernandes.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 63/2025

Sumário: Nomeando em Comissão de Serviço, Manuela Santos Lima Médica Geral, para exercer as funções de Delegada de Saúde da Ilha do Sal.

de 14 de agosto de 2025

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 196.º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, conjugado com o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 56/2021 de 21 de setembro, o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 04 de novembro, e com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Regulamentar n.º 1/2006, de 16 de janeiro, é nomeada Manuela Santos Lima, Médica Geral, para em comissão de serviço, exercer as funções de Delegada de Saúde da Ilha do Sal.

(Visado pelo Tribunal de Contas no dia 05 de novembro de 2025.)

O presente despacho produz efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

O Diretor Geral, *Albertino Fernandes*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 69/2025

Sumário: Nomeando em Comissão de Serviço, Vera Marília Monteiro Rodrigues, do Quadro de Pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, para exercer as funções de Delegada de Saúde dos Mosteiros.

de 10 de setembro de 2025

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 196.º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, conjugado com o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 56/2021 de 21 de setembro, o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 04 de novembro, e com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Regulamentar n.º 1/2006, de 16 de janeiro, é nomeada Vera Marília Monteiro Rodrigues, pertencente ao quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, para em comissão de serviço, exercer as funções de Delegada de Saúde dos Mosteiros.

(Visado pelo Tribunal de Contas no dia 05 de novembro de 2025.)

O presente despacho produz efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

O Diretor Geral, *Albertino Fernandes*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planejamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 73/2025

Sumário: Nomeando em Comissão de Serviço, a Maria de Fátima da Luz Pires Lima, para exercer as funções de Diretora da Comunidade Terapêutica Ocupacional da Ribeira de Vinha.

de 12 de setembro de 2025

Ao abrigo do disposto nos artigos 59.º a 63.º e n.º 2 do artigo 196.º todos da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, conjugados com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro e com a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 6/2017, de 14 de fevereiro, é nomeada Maria de Fátima da Luz Pires Lima, Mestre em Ciência Política, Especialidade Sociologia Política e de Ação Pública, para em comissão de serviço, exercer as funções de Diretora da Comunidade Terapêutica Ocupacional da Ribeira de Vinha.

Visado pelo Tribunal de Contas no dia 05 de novembro de 2025.

O presente despacho produz efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

O Diretor Geral, *Albertino Fernandes*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 74/2025

Sumário: Dando por finda a Comissão de Serviço de João Baptista Semedo, nas funções de Diretor da Região Sanitária Santiago Norte.

de 19 de setembro de 2025

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, é dada por finda a comissão de serviço de João Baptista Semedo nas funções de Diretor da Região Sanitária Santiago Norte.

O presente despacho produz efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

O Diretor Geral, *Albertino Fernandes*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1350/2025

Sumário: Autorizando o reingresso ao serviço de Jair dos Santos da Conceição, Apoio Operacional Nível III, contratado por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura e Ambiente na Delegação de São Vicente.

Extrato do Despacho do S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente

de 30 de outubro de 2025

É autorizado o reingresso ao serviço do Senhor Jair dos Santos da Conceição, Apoio Operacional nível III, contratado por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura e Ambiente na Delegação de São Vicente, nos termos do art.º 58º do Decreto Lei n.º 3/2010.

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 13 de novembro de 2025. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto*.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 34/MICE//2025

Sumário: Renovando Licença sem Vencimento de Vânia Lizandra Pinheiro Costa, Técnica Superior Nível I, afeta à Direção dos Serviços do Comércio da Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia, por mais 1 (um) ano.

Extrato do Despacho de S. Ex.^a o Ministro da Indústria, Comércio e Energia

de 13 de novembro de 2025

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, e considerando o parecer favorável emitido pela Diretora dos Serviços do Comércio, Sra. Ludmilde Fernandes Semedo, é renovada, a pedido da interessada, a licença sem vencimento da Sra. Vânia Lizandra Pinheiro Costa, Técnica Superior Nível I, afeta à Direção dos Serviços do Comércio da Direção Nacional da Indústria, Comércio e Energia (DNICE), do Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE), por mais 1 (um) ano.

A renovação da referida licença produzirá efeitos de 09 de dezembro de 2025 a 09 de dezembro de 2026.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Indústria, Comércio e Energia, na Praia, aos 14 de novembro de 2025. — A Diretora Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Indústria, Comércio e Energia, *Queila Silva*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Extrato da Deliberação n.º 13/2025-26**

Sumário: Designando os Magistrados Judiciais, para desempenharem o cargo de Presidente do Tribunal, que se indicam.

Extrato de Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

de 31 de outubro de 2025

Cláudia Ariana Silva Lopes, Juiz de Direito de 2ª Classe, ora colocada no 2º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia, designada para exercer o cargo de Presidente do mesmo Tribunal.

Keila Maria de Jesus Monteiro Semedo, Juiz de Direito de 3ª Classe, ora colocada no Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, designada para exercer o cargo de Presidente do mesmo Tribunal.

Luiz Felipe Tavares da Veiga, Juiz de Direito de 3ª Classe, ora colocado no Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Catarina, designado para exercer o cargo de Presidente do mesmo Tribunal.

Nilton José de Pina, Juiz de Direito de 3ª Classe, ora colocado no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Filipe, designado para exercer o cargo de Presidente do mesmo Tribunal.

Ivalcénia da Graça Rodrigues Pinto, Juiz de Direito de 3ª Classe, ora colocada no Juízo Crime do Tribunal da Comarca do Sal, designada para exercer o cargo de Presidente do mesmo Tribunal.

Stiven Jorge Delgado da Silva, Juiz de Direito de 3ª Classe, ora colocado no Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Boa Vista, designado para exercer o cargo de Presidente do mesmo Tribunal.

Ass.) Bernardino Duarte Delgado - Presidente

Está conforme

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 3 de novembro de 2025. — O Secretário, *Joaquim Semedo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Extrato da Deliberação n.º 20/2025-26**

Sumário: Designando Juiz Conselheiro, Anildo Martins, para desempenhar em Comissão de Serviço o cargo de Inspector Superior Judicial.

Extrato da Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

de 7 de novembro de 2025

Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 99º da Lei n.º 64/X/2025, de 10 de setembro, o Conselho Superior da Magistratura Judicial designou, em sessão extraordinária de 7 de novembro p.p., o Juiz Conselheiro Dr. Anildo Martins, para desempenhar em comissão de serviço o cargo de Inspetor Superior Judicial, com efeitos a partir da tomada de posse.

Notifique e Publique-se

As.) Bernardino Duarte Delgado - Presidente

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 10 de novembro de 2025. — O Secretário, *Joaquim Semedo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Extrato da Deliberação n.º 22/2025-26**

Sumário: Mantendo em exercício de funções como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Maria Teresa Évora Barros, até a tomada de posse dos Juizes Conselheiros aprovados em concurso.

Extrato da Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

de 7 de novembro de 2025

Tendo em atenção a proposta de S. Excia o Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura, cujos fundamentos são aqui integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.

Considerando o manifesto interesse público em se manter o magistrado em causa ao serviço da administração, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 48º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, reunido em sessão extraordinária, no uso das competências previstas na alínea a) do art.º 29º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n.º 62/X/2025, de 10 de setembro, delibera no sentido da manutenção em exercício de funções como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, da Dra. Maria Teresa Évora Barros, até a tomada de posse dos Juizes Conselheiros aprovados em concurso.

As.) Bernardino Duarte Delgado - Presidente

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 10 de novembro de 2025. — O Secretário, *Joaquim Semedo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Extrato da Deliberação n.º 23/2025-26**

Sumário: Promovendo à categoria de Juiz Conselheiro, os magistrados, que se indicam.

Extrato da Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

de 7 de novembro de 2025

No uso das competências conferidas pela alínea a) do artigo 29º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n.º 62/X/2025, de 10 de setembro, são promovidos à categoria de Juiz Conselheiro, os seguintes magistrados:

Dra. Helena Maria Alves Barreto, Juíza Desembargadora, colocada para desempenhar funções no Supremo Tribunal de Justiça, com efeitos a partir da tomada de posse;

Dr. Júlio Sanches Afonso, Juiz Desembargador, colocado para desempenhar funções no serviço de Inspeção Judicial.

Notifique e Publique-se

As.) Bernardino Duarte Delgado - Presidente

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 10 de novembro de 2025. — O Secretário, *Joaquim Semedo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Extrato da Deliberação n.º 25/2025-26**

Sumário: Nomeando o Escrivão de Direito, José Eduardo Martins Tavares, para em Comissão de Serviço, desempenhar as funções de Secretário Judicial do Tribunal da Comarca de Santa Cruz.

Extrato da Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

de 13 de novembro de 2025

Nos termos das conferidas pela alínea f) do artigo 29º da Lei n.º 62/X/2025, de 10 de setembro, que procede à primeira alteração da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro e ao abrigo do disposto no artigo 48º do Decreto Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, é nomeado o Sr. José Eduardo Martins Tavares, Escrivão de Direito, nível III, ora colocado no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, para em comissão de serviço, desempenhar funções de Secretário Judicial no mesmo Tribunal, com efeitos imediatos.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Praia, aos 13 de novembro de 2025. —
O Secretário, *Joaquim Semedo*.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 7/CSMP/2025/2026

Sumário: Concedendo Licença sem Vencimento de longa duração, a Elsa Silvana Almeida Fernandes, Oficial de Diligências, colocada na Procuradoria da República da Comarca Praia.

de 05 de setembro de 2025

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária do dia 05 de setembro de 2025, e no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º, n.º 1 e 37º, n.º 1, alínea h), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), e dos artigos 44º, 45º n.º 1 al. c) e 50º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, aplicáveis *ex vi* do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, delibera:

1. Conceder licença sem vencimento de longa duração à Senhora Elsa Silvana Almeida Fernandes, oficial de diligências, colocada na Procuradoria da República da Comarca Praia, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2025.
2. Dar conhecimento da presente deliberação à Unidade de Administração-Geral da Procuradoria-Geral da República, a Secção dos Recursos Humanos e à Procuradoria da República da Comarca Praia

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, 05 de setembro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 22/CSMP/2025/2026

Sumário: Designando os Magistrados, Oficiais de Justiça do Ministério Público e Técnicos Superiores para participarem como formadores nos cursos específicos para Secretários, Escrivães de Direito e Ajudantes de Escrivão, do quadro das secretarias do Ministério Público.

de 03 de outubro de 2025

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido na sessão ordinária de 03 de outubro de 2025, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 226º n.º 5 da Constituição, artigos 14º, n.º 1, alínea h), 31º, n.º 1, 32º e 37º, n.º 1, alínea c) e h), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério Público, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 63/X/2025, de 10 de setembro, e artigos 8º e 37.º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, por unanimidade, delibera:

Designar os seguintes Magistrados, Oficiais de Justiça do Ministério Público e Técnicos Superiores para participarem como formadores nos cursos específicos para Secretários, Escrivães de Direito e Ajudantes de Escrivão, do quadro das secretarias do Ministério Público:

Curso específico para categoria de Ajudante de Escrivão	
Formadores	Disciplinas
Dra. Inisabel de Barros Marques	Direito Penal e Processual Penal
Dr. António José Dias Andrade	Direito Civil e Processual Civil
Dra. Virgínia Henrique Tavares Vaz e Dra. Maria José Varela Furtado	Família e Menores
Dr. Adérito Varela Fortes	Técnicas de Escrituração e Gestão Processual
Dr. Isaías Varela Moreira	Custas Judiciais
Dra. Sandra Tavares Sambú	Atendimento ao Público
Dr. Gentil de Jesus Tavares Semedo	Estatística
Eng. ^a Zuleica Lopes	Word Intermédio
	Excel Básico

Curso específico para categoria de Escrivão de Direito	
Formadores	Disciplinas
Dr. Felismino Garcia Cardoso	Direito Penal e Processual Penal
Dr. António Sebastião Sousa	Direito Civil e Processual Civil
Dra. Isolina Solange da Costa Mendes Teixeira	Família e Menores
Dr. Adérito Varela Fortes	Técnicas de escrituração e Gestão Processual
	Custas Judiciais
Dra. Sandra Tavares Sambú	Gestão Recursos Humanos e Organizacional
Dr. Gentil de Jesus Tavares Semedo	Estatística
Eng.º Hamilton João Lopes Pina	Word Avançado
	Excel Intermédio

Curso específico para categoria de Secretário do MP	
Formadores	Disciplinas
Dra. Maria Onilda Monteiro Silva	Direito Penal e Processual Penal
Dr. António Sebastião Sousa	Direito Civil e Processual Civil
Dra. Isolina Solange da Costa Mendes Teixeira	Família e Menores
Dr. Adérito Varela Fortes	Técnicas de escrituração e Gestão Processual
Dr. Mário Sany Ferreira Rocha	Custas Judiciais
Dra. Sandra Tavares Sambú	Gestão Recursos Humanos e Organizacional
Eng. ^a Zuleica Lopes	Estatística
Eng.º Hamilton João Lopes Pina	Word Avançado
	Excel Avançado
Dr. Helton José Barros	Contabilidade e Gestão Provisional

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 3 de outubro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 24/CSMP/2025/2026

Sumário: Renovando Licença sem Vencimento pelo período de 1 (um) ano, a Dulcelina Sanches Rocha Teixeira Lubrano, Procuradora da República de 2ª Classe.

de 09 de outubro de 2025

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária do dia 03 de outubro de 2025, e no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º, 32º e 37º, n.º 1, al. c) Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, com nova redação dada pela Lei n.º 63/X/2025, de 10 de setembro, conjugado com os artigos 127,º da Lei n.º 2/VIII/2011, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 67/X/2025, de 10 de setembro, e 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, por unanimidade, delibera:

1. Renovar a licença sem vencimento pelo período de 1 (um) ano, concedida à Dra. Dulcelina Sanches Rocha Teixeira Lubrano, Procuradora da República de 2ª Classe, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2025.
2. Dar conhecimento da presente deliberação à Secção dos Recursos Humanos e à Unidade de Administração-Geral da Procuradoria-Geral da República.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 3 de outubro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 26/CSMP/2025/2026

Sumário: Transferindo, a seu pedido, Célia de Jesus da Cruz Andrade, Oficial de Diligências, Nível II, da Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz para a Procuradoria da República da Comarca da Praia.

de 03 de outubro de 2025

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária de 03 de outubro de 2025, e no uso das competências previstas nos artigos 226.º, n.ºs, 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31.º e 37.º, n.º 1, al. h), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, alterada pela Lei n.º 63/X/2025, de 10 de setembro, e artigos 12.º e 50.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça, por unanimidade, delibera:

1. Transferir, a seu pedido, Célia de Jesus da Cruz Andrade, oficial de diligências, nível II, da Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz para a Procuradoria da República da Comarca da Praia, com efeitos a partir da publicação da presente deliberação no boletim oficial.
2. Ordenar, em conformidade com as instruções do Conselho Superior do Ministério Público, transmitidas através do ofício n.º 251/CSMP/2017/2018, de 23 de janeiro de 2018, que a funcionária ora transferida proceda, obrigatoriamente, à passagem formal, mediante competente termo de entrega, de todos os expedientes, equipamentos e objetos sob sua responsabilidade, ao Secretário da Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz, devendo ficar registado no arquivo, o original do termo de entrega de serviço.
3. Dar conhecimento da presente deliberação às Procuradorias da República das Comarcas de Santa Cruz e da Praia e à Unidade de Administração Geral da Procuradoria-Geral da República.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 3 de outubro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 27/CSMP/2025/2026

Sumário: Concedendo Licença sem Vencimento, por um período de um ano, renovável até 3 (três) anos, a Adérito Gomes Santos Monteiro, Escrivão de Direito, Nível II, colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

de 03 de outubro de 2025

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária do dia 03 de outubro de 2025, e no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º, nº 1 e 37º, nº 1, alínea h), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), com nova redação dada pela Lei n.º 63/X/2025, de 10 de setembro, e dos artigos 44º, 45º n.º 1 al. b), 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, aplicáveis *ex vi* do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, delibera:

1. Conceder licença sem vencimento, por um período de um ano, renovável até três anos, ao Senhor Adérito Gomes Santos Monteiro, Escrivão de Direito, nível II, colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2025.
2. Dar conhecimento da presente deliberação à Unidade de Administração-Geral da Procuradoria-Geral da República, a Secção dos Recursos Humanos e à Procuradoria da República da Comarca Praia.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 3 de outubro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Extrato de Publicação da Sociedade n.º 529/2025

Sumário: Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que na Conservatória, se encontram exarados os registos de cessação de funções e nomeação de membros de órgão social, da sociedade comercial anónima denominada: "EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A - TACV, S.A".

Extrato

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontram exarados os registos de cessação de funções e nomeação de membros de órgão social, da sociedade comercial anónima denominada EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, SA - TACV, SA, matriculada na Conservatória dos Registos sob o número 200121103/119890125.

CESSAÇÃO DE FUNÇÕES:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Pedro Mendes de Barros.

Administradora executiva: Nádia Sofia Tavares Teixeira.

Administrador executivo: Helder Anísio Graça da Natividade Cruz.

Administrador não executivo: José Aldino Fernandes Ribeiro.

Administrador não executivo: Neusa Cristina Nascimento Évora.

Causa: Destituição do presidente e do administrador executivo/nomeação de novo conselho de administração para novo triénio.

NOMEAÇÃO:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Armindo Andrade Sousa.

Administradora executiva: Nádia Sofia Tavares Teixeira Fernandes.

Administrador executivo: Mário Jorge Varela Tavares.

Administrador não executivo: José Aldino Fernandes Ribeiro.

Administrador não executivo: Neusa Cristina Nascimento Évora.

Duração do mandato: Triénio 2025/2028.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 30 de outubro de 2025. — A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.



II Série
BOLETIM OFICIAL
Registo legal, nº2/2001
de 21 de Dezembro de 2001

